

Movimentos Populacionais e as Cidades Médias de Minas Gerais

José Irineu Rangel Rigotti¹

Járvis Campos²

Este artigo procura levantar algumas questões relacionadas à caracterização das cidades médias de Minas Gerais, que, entre outros aspectos, chamam a atenção para o papel que estas deveriam – em tese – desempenhar como “dique” de movimentos migratórios direcionados aos grandes centros. Para corroborar esta hipótese, as cidades médias deveriam funcionar como uma unidade de atração dos pequenos centros urbanos, que de outra forma iriam para as metrópoles.

Outra característica típica das cidades médias refere-se ao exercício de uma função de intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como fornecendo serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem. Acrescente-se que, cada vez mais, a mobilidade populacional tem adquirido novos contornos, com rebatimentos sobre as estruturas urbanas. Entre estes poderíamos destacar os movimentos pendulares, nos quais as pessoas trabalham e/ou estudam em outras cidades. Seria de se esperar, então, que as cidades médias atraiam trabalhadores ou estudantes de áreas vizinhas, o que confirmaria o dinamismo que delas se espera na rede urbana da qual fazem parte.

A caracterização das cidades médias

Na caracterização das cidades médias, o tamanho populacional é um dos atributos sempre invocados, mas também freqüentemente reconhecido como insuficiente. De fato, estabelecer um único intervalo de tamanho para mais de 5.500 localidades, em um país heterogêneo e dotado de redes urbanas tão desiguais torna-se um risco temerário. Implícito neste reconhecimento da inadequação do porte demográfico como critério universal está o reconhecimento da importância de se levar em consideração o contexto

¹ Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas.

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas.

ao qual a cidade está inserida. Isso implica em localizar e situar os centros urbanos em seu espaço geográfico, além de se analisar suas interações com as outras localidades. Nesse sentido, Amorim Filho, Rigotti (2002) argumentam que

"aspectos ligados às funções de intermediação dentro da rede urbana, assim como à posição geográfica da aglomeração são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias" (p.2).

Esta preocupação recomenda a distinção entre *cidades de porte intermediário* e *cidades funcionalmente médias* e levou Amorim Filho (1976) a uma caracterização mais abrangente, que incorporasse as seguintes características:

- "interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas (grifos nossos);
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;
- aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos".

Evidentemente, a identificação das cidades médias não é uma tarefa fácil, pois, além das inúmeras possibilidades metodológicas, a indisponibilidade de dados é uma grande limitação. Por isso, neste artigo procuramos entender o papel dos movimentos populacionais em um conjunto pré-definido de cidades médias do estado de Minas Gerais, identificadas em trabalho anterior, de Amorim Filho *et al* (2007).

Além desses aspectos, Castello Branco (2007) comenta os reflexos da internacionalização da economia sobre as configurações territoriais. Para a autora, grandes transformações alteraram a hierarquia urbana, que deixa de se organizar em um *continuum* para se integrar em uma estrutura descontínua e falhada. Nesse sentido, tanto as transformações decorrentes da internacionalização da economia quanto o aumento vertiginoso da população urbana seriam fenômenos fomentadores de uma maior participação das cidades médias/intermediárias, no Brasil. Castello Branco (2007) procura identificar este vasto universo, assinalando que:

“As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua rede de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas” (p.90).

Ainda em relação à caracterização de cidade média, a autora relembra que seu próprio conceito se alterou, partindo inicialmente do tamanho populacional como elemento básico definidor até incorporar, atualmente, outras informações. Uma das características desta categoria de cidades é que, sendo parte de uma rede urbana complexa e desigual como a brasileira, as classificações geográficas precisam levar em conta a localização relativa, a fim de se evitar generalizações excessivas.

No século XX, as relações entre cidades se tornaram mais complexas, uma vez que a estrutura hierárquica de outrora cedeu lugar aos fluxos de complementaridade e concorrência. De fato, a entrada de capitais em países de industrialização tardia como o Brasil redefiniu a participação das cidades na divisão internacional do trabalho. O resultado foi a ampliação territorial das relações, ultrapassando o espaço regional:

“Num contexto como esse, as relações entre a cidade média e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o contexto em que ela se insere. Ampliaram-se suas relações hierárquicas com as cidades maiores da mesma rede, sobretudo com as metrópoles que a articulam com a escala internacional; estabeleceram-se relações de complementaridade com outras cidades de importância semelhante; alteraram-se suas relações com as cidades pequenas, pois esse processo veio acompanhado de modernização da agricultura, que gerou movimentos migratórios do campo para as cidades e das cidades pequenas para as médias e grandes” (Spósito, 2007: 236-237).

Neste contexto, aumentam as disparidades entre lugares e sobrepõem-se fluxos estabelecidos em diferentes escalas, como argumenta Spósito (2007):

“Acrescento, no entanto, que para se articular escalas ao invés de apenas relacionar ou sobrepor escalas, a atenção maior deve se voltar à observação dos movimentos, o que não é simples, para nós geógrafos, mais familiarizados com os

enfoques teóricos e os instrumentos metodológicos (inclusive os da representação cartográfica) que lidam com as localizações” (p.244).

Os movimentos precisariam, então, ser analisados em diferentes escalas (da cidade, da região e do país), assim como captar a maneira com que esses articulam escalas diferentes.

O reconhecimento de uma nova e crescente complexidade de conectividades entre diferentes escalas não significa que os papéis tradicionais imputados às cidades médias tenham desaparecido. Conforme Spósito *et al* (2007:37) também admitem,

“a importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços”.

E continuam:

“Em contextos geográficos estruturados segundo esses elementos, o princípio da proximidade, o que não se traduz apenas pela distância, mas também pelo tempo necessário aos deslocamentos, é importante, e uma cidade média é parte de um espaço de relações marcado pela contigüidade (Spósito, 2001, p.629), ou seja, um espaço que se estrutura como área ou região” (p.37).

Ainda que as autoras recomendem focar a importância atual das telecomunicações, que relativiza a necessidade de deslocamentos materiais, neste artigo focaremos um tipo particular de fluxo, qual seja, os movimentos pendulares, isto é, aqueles em que as pessoas, residindo em um município, se deslocam cotidianamente para outros municípios para estudar e/ou trabalhar³.

Acreditamos que este tipo de deslocamentos pode apresentar uma contribuição interessante ao estudo das cidades médias, porque permite a análise da conectividade entre uma cidade média e sua região, na medida em que estaria oferecendo serviços e expandindo o mercado de trabalho à população de seu entorno. Por outro lado, se a complexidade dos fluxos entre escalas diferentes adquire maior relevância, é de se esperar que as cidades médias também se relacionem com outras do mesmo nível e/ou com outras maiores, como as metrópoles.

Outra questão, lembrada por Corrêa (2007, p.23), é o fato de se poder conceituar a pequena, a média, a grande cidade, bem como a metrópole, pressupondo a existência de uma combinação específica de tamanho demográfico, funções urbanas e

³ Seria mais adequado, por coerência teórica, verificar os deslocamentos entre cidades. No entanto, como a fonte de informações é o Censo Demográfico 2000, isto não é possível.

organização de seu espaço intra-urbano. Em sua opinião, entre as questões merecedoras de uma investigação mais aprofundada encontra-se a necessidade de discutir a organização do espaço intra-urbano da cidade média. Ao final, o autor questiona: “que semelhanças e diferenças existem na organização do espaço intra-urbano da metrópole ou mesmo da grande cidade e da cidade média?” (p.33).

As metrópoles têm merecido grande atenção dos estudiosos das cidades. Um dos maiores fenômenos migratórios das últimas décadas no Brasil é, justamente, a transferência de moradores das capitais das regiões metropolitanas para o seu entorno (Matos, 1984; Rigotti, 1994). Parcialmente isso se deve aos preços dos aluguéis, dos terrenos e dos imóveis, além de maiores restrições, até mesmo físicas, ao lançamento de novos loteamentos, especialmente aqueles voltados à população de mais baixa renda.

No entanto, as capitais continuam atraindo a mão-de-obra destes municípios vizinhos, o que pode ser constatado pelas freqüentes jornadas de trabalho ou estudo que para lá se dirigem.

No caso das cidades médias, este fenômeno é bem menos estudado. Como ele inter-relaciona a dinâmica intra-urbana com os fluxos, que, em tese, envolvem a conectividade das cidades médias com sua região, ou entre elas e as grandes metrópoles, acreditamos que seu estudo será uma contribuição relevante.

Estas considerações acerca das cidades médias apontam para a necessidade de:

- reconhecer um certo tamanho populacional como atributo importante na caracterização; porém situando-o no contexto da rede urbana ao qual pertence o centro em questão;
- compreender a dinâmica demográfica, paralelamente à evolução das cidades médias, neste caso, de Minas Gerais. Nesse sentido, os movimentos migratórios adquirem grande importância, pois refletem e são reflexos do dinamismo das próprias cidades. Uma das hipóteses lembradas com freqüência diz respeito ao papel que estas cidades desempenhariam como inibidoras do crescimento das grandes cidades/metrópoles;
- situar a intensidade dos movimentos pendulares (um dos poucos fluxos com dados para todos os municípios do País) na rede urbana mineira, entre as cidades médias e os grandes centros urbanos, bem como entre as cidades médias e as pequenas cidades.

Os movimentos migratórios em Minas Gerais

Uma característica do Brasil, que o difere de outros países latino-americanos, entre 1940 a 1970, refere-se ao fato de a concentração populacional em grandes cidades ser relativamente mais dispersa, uma vez que houve significativo aumento das pequenas e médias cidades (Balán, 1980). Neste período, o crescimento relativo da classe de cidades de até 2.000 habitantes foi mais intenso do que aquele das cidades de 20.000 ou mais residentes, mesmo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os mais urbanizados.

“Chega-se, assim, à conclusão de que o crescimento das cidades menores desempenhou papel instrumental sobre o crescimento da urbanização geral do Brasil entre 1940 a 1960, papel este que se consubstanciou como bastante uniforme em todos os estados, conquanto tenha sido particularmente notável no caso dos estados nordestinos de mais baixa renda” (Graham, Holanda Filho, 1980, p.745).

As constatações de Graham, Holanda Filho (1980) coincidem com aquelas de Mata de que não seria correto concluir por uma concentração nas grandes cidades na década de 50, pois:

“... só podemos concluir em definitivo que existe um contínuo processo de urbanização, mas, dele participam os centros pequenos e médios ao lado dos grandes, sendo de ressaltar que considerável parcela dos fluxos migratórios é retirada pelos primeiros” (p.826).

Vale lembrar, no entanto, que este foi um período de elevadíssima natalidade, uma vez que a fecundidade de mais de 6 filhos por mulher no período reprodutivo ainda não havia declinado. Portanto, mais do que espelhando dinamismo, o crescimento de pequenas cidades – elas mesmas sedes de municípios predominantemente rurais – refletia, em grande parte, o alto crescimento natural.

O padrão de urbanização sofreu mudanças na década de 60, quando esta passou a ser mais acelerada e os centros urbanos menores cresceram num ritmo mais lento. Nessa época, as cidades de porte médio foram as que mais se expandiram. Contudo, o crescimento urbano não foi homogêneo, ocorrendo notáveis disparidades regionais.

Dizer que as cidades médias tiveram o mais acelerado ritmo de crescimento não significa negar que os grandes centros urbanos contivessem a maior proporção de habitantes. Em 1970, segundo estimativas de Mata (1980), 26,2% do total da população urbana do país concentrava-se em cidades com menos de 20 mil habitantes; 17,1% nas

idades entre 20 e 100 mil; 28,4% nas cidades de 100 a 2 milhões de habitantes; e 28,2% nas cidades com mais de 2 milhões⁴

Ao contrário das décadas anteriores, a de 60 foi marcada por uma acentuada intensificação de fluxos migratórios urbano-urbanos, impulsionados pela concentração de investimentos em áreas urbanas específicas, notadamente no eixo Rio-São Paulo. No entanto, é preciso também considerar que o Censo de 1970, fonte básica das informações sobre migração rural-urbana nos anos 60, registrava apenas a última etapa migratória. Com isso, parte da migração rural-urbana não é, de fato, considerada, uma vez que as migrações por etapas, do tipo rural-urbano-urbano, não podem ser apreendidos completamente – apenas o último fluxo, urbano-urbano, é captado. Além disso, não se sabia qual era o último município de residência, o que dificulta a análise da configuração espacial dos fluxos.

Um dos pouquíssimos estudos para averiguar as migrações por etapas foi empreendido por Silva (1972), citado por ECONOMIA... (1979), que através de uma pesquisa de campo revelou que:

“27,9% dos imigrantes vieram por estágios para Belo Horizonte e 33% destes moraram em três ou mais cidades antes da capital, mostrando a predominância das migrações diretas sobre as por etapas. Estes dados mostram também que 40,75% dos imigrantes nasceram em zona rural, mas a percentagem dos que mantiveram a mesma situação de domicílio no segundo e terceiros estágios é pequena, representando 15,6% e 11,3%, respectivamente” (p.96, grifos nossos).

Tradicionalmente, o estado de Minas Gerais ficou conhecido como um grande perdedor de população. De fato, quando o Brasil mais cresceu, por volta de 3,0% ao ano durante a década de 50, o processo de urbanização/industrialização foi acelerado e ocorreu um grande êxodo das áreas rurais rumo às urbanas. Neste contexto, Minas Gerais, que não acompanhou o dinamismo industrial de São Paulo, enviou grandes contingentes populacionais para aquele estado. Em que pese o grande incremento demográfico das áreas urbanas mineiras, estas não foram capazes de absorver toda a população que emigrava das áreas rurais, até a década de 70. Este é um primeiro indício de que as cidades em geral, e não apenas as médias, não foram capazes de absorver sequer o crescimento natural da população de Minas.

Internamente, a RMBH transformou-se em grande área de atração em Minas, aliás, a única que conseguia polarizar os fluxos de praticamente todo o estado, mas com

⁴ As Áreas Metropolitanas, com seus vários municípios, eram contadas como apenas um centro urbano.

destaque para aquelas regiões não limítrofes a áreas de atração, como São Paulo. Na década de 60, a RMBH foi aquela que mais cresceu no Brasil, quando sua capital apresentou um ritmo de pouco mais de 6,0% ao ano, o mesmo de seu entorno, algo que não mais se repetiria em sua história. De fato, nos anos 70, as taxas foram de 3,7% no núcleo e de 7,5% nos municípios periféricos (Rigotti, 1994).

Na década de 60 Minas Gerais continuou mantendo a tradição de estado expulsor de população. Coelho *et al* (1982) revelaram que, naquele período, Minas teve uma perda líquida de pouco mais de 1,7 milhão de pessoas. Todas as regiões do estado apresentaram saldo migratório negativo, com exceção da Região Metalúrgica e Campos das Vertentes, não por acaso onde se encontra a RMBH. Vale lembrar que mesmo na Região Metalúrgica e Campos das Vertentes houve perda significativa de população, mas esta foi compensada pelo saldo positivo da RMBH. Fora esta região, em todas as outras houve um saldo rural negativo bem maior do que o saldo positivo nas áreas urbanas. As regiões do Rio Doce, Sul e Zona da Mata perderam, juntas, em torno de 1,5 milhões de pessoas.

Na década de 70, Minas Gerais teria perdido volume menor de população que na década anterior, isto é, 1,58 milhões de pessoas, segundo estimativa de Carvalho e Fernandes (1991) – ainda assim uma evasão muito volumosa. Uma das diferenças é que nos anos 70, além da região Metalúrgica e Campos das Vertentes, o Triângulo Mineiro experimentou um saldo migratório positivo. Em compensação, a região Vale do Rio Doce apresentou saldo negativo até mesmo nas áreas urbanas (Coelho *et al*, 1982).

Assim, durante as décadas de 60 e 70, a Região Metalúrgica e Campos das Vertentes se destacou como a mais importante em termos de absorção populacional, graças, sobretudo, à RMBH.

A partir dos anos 70, devido a uma série de fatores em Belo Horizonte, como aumento do preço dos aluguéis, maior rigidez da legislação urbanística e conseqüente dificuldades de se adquirir lotes a preços acessíveis à população de baixa renda, o entorno da RMBH passa a crescer muito mais que a capital. Este não é um fenômeno tipicamente mineiro, mas sim parte de um amplo processo em nível nacional, onde as regiões metropolitanas consolidadas enviam imenso volume de população para municípios periféricos, conhecidos como “municípios dormitórios”. Enquadram-se nesta categoria, cidades como Ribeirão das Neves, que cresceu a espantosos 21,0% ao ano na década de 1970. Não apenas este, mas municípios como Betim, Contagem, Ibitiré,

Santa Luzia e Vespasiano passaram a apresentar saldos migratórios positivos (Rigotti, 1994).

Dentro de Minas Gerais, portanto, a RMBH tornou-se uma opção para migrantes procedentes de extensas áreas rurais estagnadas, como os vales do Jequitinhonha e Mucuri, porções do Norte e Noroeste, além da Zona da Mata. Portanto, a principal aglomeração urbana do estado possui a característica de atrair pessoas de menor poder aquisitivo, predominantemente do interior do estado, à busca de oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Estas considerações apontam para o fato de que não se compreende a distribuição espacial da população em Minas Gerais se não se leva em conta o papel da RMBH. De fato, em que pese a importância das cidades médias em uma rede urbana extensa como a mineira, em uma perspectiva histórica, estas não foram capazes de conter os fluxos emigratórios que se originavam ao seu redor. Coube assim, ao estado de São Paulo, a RMBH e às áreas de fronteira o papel de grandes absorvedores da população do interior de Minas Gerais. Isso, evidentemente, não significa que as cidades médias tiveram papel irrelevante como absorvedoras de população, mas sim secundário.

A década de 80 foi uma das mais complexas na história das migrações brasileiras. Este foi um período de reestruturação produtiva, que exigiu mudanças radicais no mercado de trabalho. Por outro lado, a crise econômica que atingiu o País foi particularmente austera nas grandes cidades. Somando-se os altos preços dos terrenos e aluguéis, os congestionamentos, problemas ambientais e violência, formou-se o quadro que culminou com fortes deseconomias de aglomeração nas grandes regiões metropolitanas consolidadas, com destaque para a RMSP. De fato, esta foi a maior responsável pelo amplo processo de redistribuição espacial da população no território nacional.

A RMSP passou a experimentar grandes perdas líquidas de contingentes populacionais que retornavam ao nordeste, mas também em favor do interior de seu próprio estado, para o Centro-Oeste e estados vizinhos, entre eles, as porções sul e sudoeste de Minas Gerais (Rigotti, 2008).

Procurando analisar as tendências da (re)distribuição espacial da população, entre os quinquênios 1986-1991 e 1995-2000, Rigotti (2008) avalia que:

“Este cenário é paralelo à clara regionalização dos fluxos, isto é, uma tendência espacial centrípeta em pontos selecionados – regiões metropolitanas ou grandes aglomerações urbanas contendo uma capital de unidade da federação – cujos centros urbanos são áreas de maior dinamismo econômico, não raras vezes associados à exploração de recursos naturais, como a disponibilidade de terras e água, trazendo alterações substanciais ao uso do solo, assim como novos desafios ambientais (Rigotti, 2008:23).

E mais adiante:

“Por outro lado, antigas áreas emissoras de população para áreas de fronteira agrícola, como o Paraná e Minas Gerais, também experimentaram a emergência de novos pólos regionais importantes, absorvedores de suas respectivas populações” (Rigotti, 2008:24).

Não apenas os fluxos interestaduais, mas também aqueles internos ao próprio estado sofreram alterações significativas. No período 1995-2000, a RMBH foi responsável por enviar migrantes para o interior do estado, preferencialmente para centros regionais, com destaque para Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares. Em contrapartida, a RMBH também recebeu volume expressivo de pessoas do interior, com destaque para três destas cidades (com exceção de Uberlândia), além de Varginha (Caetano, Rigotti, 2008).

Estas constatações fortalecem os aportes teóricos defensores da idéia de que, em um contexto de reestruturação produtiva e flexibilização do modo de produção, os fluxos tornam-se mais complexos, as diferentes escalas se interconectam e vários deles se dão entre localidades de mesmo nível hierárquico.

Além disso, não há suportes empíricos suficientemente robustos para defender a predominância de etapas intermediárias no sentido de pequenos centros urbanos para as cidades médias e destas para as regiões metropolitanas. Ao contrário, conforme visto, mesmo para o início da década de 70, uma das poucas, senão a única, pesquisas de campo, realizada por Silva (1972) para averiguar a questão, concluiu que a grande maioria dos fluxos destinados à Belo Horizonte chegavam diretamente dos locais de origem, sem etapas intermediárias. Ao contrário, as etapas se deram, predominantemente, das áreas estagnadas para a capital e daí para seu entorno (Rigotti, 1994).

O papel das cidades médias no crescimento demográfico no final do século XX

Após a crise econômica dos anos 80 e o prosseguimento da reestruturação produtiva, os anos 90 parecem consolidar novas formas de mobilidade populacional e aprofundamento dos problemas metropolitanos. Em nível nacional, as deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana de São Paulo, que comandaram uma extensa difusão espacial da atividade produtiva, foram acompanhadas por economias de aglomeração em outros locais (Diniz, 1993).

Digna de nota é a interpretação de Pacheco (1998), para quem teria ocorrido uma multiplicação de tendências relacionadas à dinâmica regional. Nesse sentido, não estaria ocorrendo uma reconcentração macroespacial, mas sim a expressão dos dilemas da inserção do País no mundo globalizado, reforçando as desigualdades regionais e impondo uma maior fragmentação do espaço nacional.

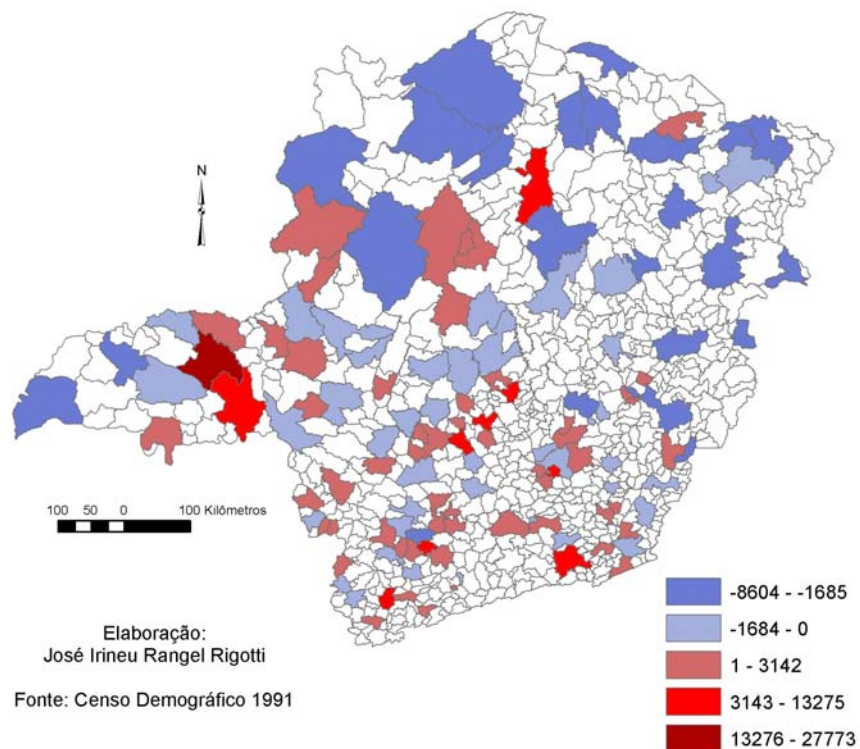
Do ponto de vista da distribuição espacial da população, o que se observa a partir de dados dos censos de 1991 e 2000 é uma dramática diminuição do número de habitantes em municípios de menos de 20 mil habitantes, não apenas relativa, mas também absoluta. Isso significa que, a população residente destas localidades, cuja participação representava 19,0% do total do Brasil, sofreu fortes perdas líquidas, inclusive de áreas urbanas. No outro extremo, os grandes centros com mais de 1 milhão de habitantes, que também abrigavam pouco mais de 19,0% da população brasileira, aumentaram sua população, entre 1991 e 2000. Mas o grande destaque foram os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, que tiveram um aumento de mais de nove milhões de residentes entre uma data e outra. Estes municípios são aqueles que contêm grande parte das cidades médias do País. Grosso modo, os anos 90 foram caracterizados por elevado crescimento das cidades de porte intermediário, entre elas as médias, embora não se possa dizer que este tenha sido homogêneo entre regiões ou generalizado espacialmente. A seção a seguir procura mostrar como foram os fluxos migratórios nas cidades médias mineiras identificadas no trabalho de Amorim Filho *et al* (2007).

Os saldos migratórios na rede de cidades em Minas Gerais

O Mapa 1 mostra que as cidades médias identificadas no trabalho de Amorim Filho *et al* (2007) apresentaram grande heterogeneidade em relação aos saldos líquidos migratórios do período 1986-1991. De fato, não se pode generalizar a suposta capacidade das cidades médias em atrair população, uma vez que vários municípios 66 de um total de 131 apresentam saldos migratórios negativos. Em contrapartida, metade dos municípios mostrou o seu dinamismo através de sua capacidade de ganhar população. De qualquer forma, chama atenção o fato de que o conjunto destes municípios não foi capaz de absorver sua própria população e das localidades vizinhas, uma vez que os saldos migratórios globais foram negativos, em pouco mais de 11 mil pessoas.

Mapa 1

Saldos migratórios das Cidades Médias
de Minas Gerais - 1986/1991



Entre os mais dinâmicos, do ponto de vista da atração populacional, destacam-se os municípios classificados como Grandes Centros Regionais, casos de Juiz de Fora, mas principalmente de Uberlândia, que apresentou o mais alto saldo migratório líquido do período. Em seguida, encontram-se os municípios contidos na categoria de Cidades Médias de Nível Superior, como Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Divinópolis, Uberaba, Varginha, Poços de Caldas, Passos, nesta ordem. Portanto, estes municípios tiveram importante papel de absorvedores não apenas de sua população rural, mas também de outras localidades, muito provavelmente, de seus entornos.

Mas entre estas cidades, também há municípios identificados como os maiores perdedores líquidos de população, como Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ipatinga. A magnitude destes saldos negativos, principalmente no primeiro deles, permite inferir que as perdas se deram, inclusive, na própria cidade e não apenas na área rural.

Entre as Cidades Médias Propriamente Ditas, também há importantes pólos de recepção populacional, tais como Alfenas, Patrocínio, Coronel Fabriciano e Itajubá, entre outros. Mas também ocorre locais com perdas líquidas de população, a exemplo de Caratinga, Unaí, João Monlevade, Viçosa, Ouro Preto, Curvelo e Formiga.

Como era de se esperar, a variedade de casos é grande entre os Centros Emergentes. Dos 86 municípios, a maioria (52) apresentava saldo migratório negativo, indicando que estes não são capazes de absorver sequer o crescimento natural de suas respectivas populações, muito menos de seu entorno imediato.

No período seguinte, representado no mapa 2, o número de municípios com saldos migratórios positivos diminuiu para 60, porém, o saldo migratório global, isto é, de todo o conjunto de municípios foi positivo, ultrapassando 18 mil pessoas, uma diferença de quase 30 mil, entre os dois períodos. Isto é condizente com a nova realidade do estado de Minas Gerais, em um cenário de inversão das perdas populacionais, motivada, em parte, pelos efeitos diretos e indiretos da migração de retorno (Rigotti, 1999), mas também devido à capacidade de atração de alguns poucos centros urbanos.

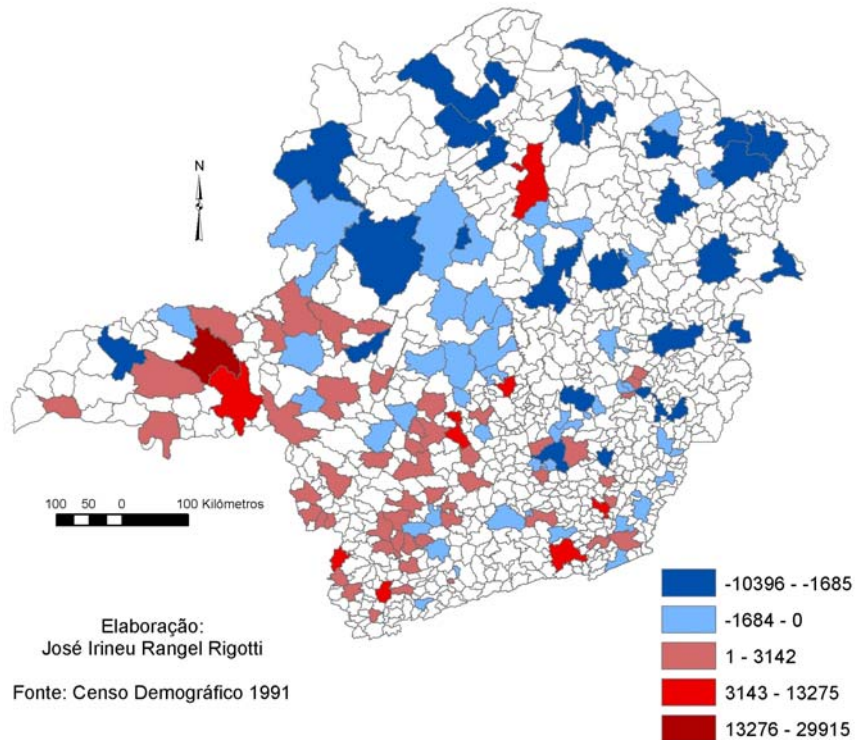
Mais uma vez, os maiores saldos migratórios do quinquênio 1995-2000 ficaram com os dois Grandes Centros Regionais, Uberlândia e Juiz de Fora, nesta ordem. Em seguida, ficaram as Cidades Médias de Nível Superior, como Sete Lagoas, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Montes Claros e Divinópolis. Mas o grande destaque ficou com

Nova Serrana, que se colocou em quarto lugar na hierarquia dos maiores saldos, merecendo, de fato, o título de Centro Emergente, pois seu saldo de quase 7 mil pessoas corresponde a 20,8% da sua população em 2000. Isso indica sua capacidade de exercer atração populacional, muito provavelmente sobre os municípios vizinhos.

A análise dos mapas 1 e 2 indica uma clara concentração dos ganhos populacionais, entre os dois períodos. Se no primeiro deles, havia maior dispersão dos saldos líquidos positivos, no segundo, estes se concentraram em algumas localidades do Sul, Sudoeste e Triângulo Mineiro. Este padrão espacial é condizente com o que foi denominado em estudo anterior de “regionalização dos fluxos migratórios” (Rigotti, 2008).

Mapa 2

Saldos migratórios das Cidades Médias
de Minas Gerais - 1995/2000



Os movimentos pendulares das cidades médias

Esta seção procura compreender a configuração espacial dos fluxos oriundos e destinados às cidades médias. Conforme se argumentou anteriormente, este tipo de análise torna-se fundamental para se situar estes centros em sua rede urbana. Para tal, acreditamos que os movimentos pendulares, nos quais as pessoas residem em um local, mas trabalham em outro município, podem representar uma importante contribuição.

Para facilitar a análise, estes fluxos foram divididos em dois grupos: o primeiro é aquele no qual as pessoas residem em um local e se dirigem a uma cidade média para trabalhar ou estudar; no segundo, as pessoas residem em uma cidade média e trabalham ou estudam em outro município. Além disso, os mapas foram subdivididos de acordo com a magnitude dos fluxos, em quatro categorias e em ordem crescente.

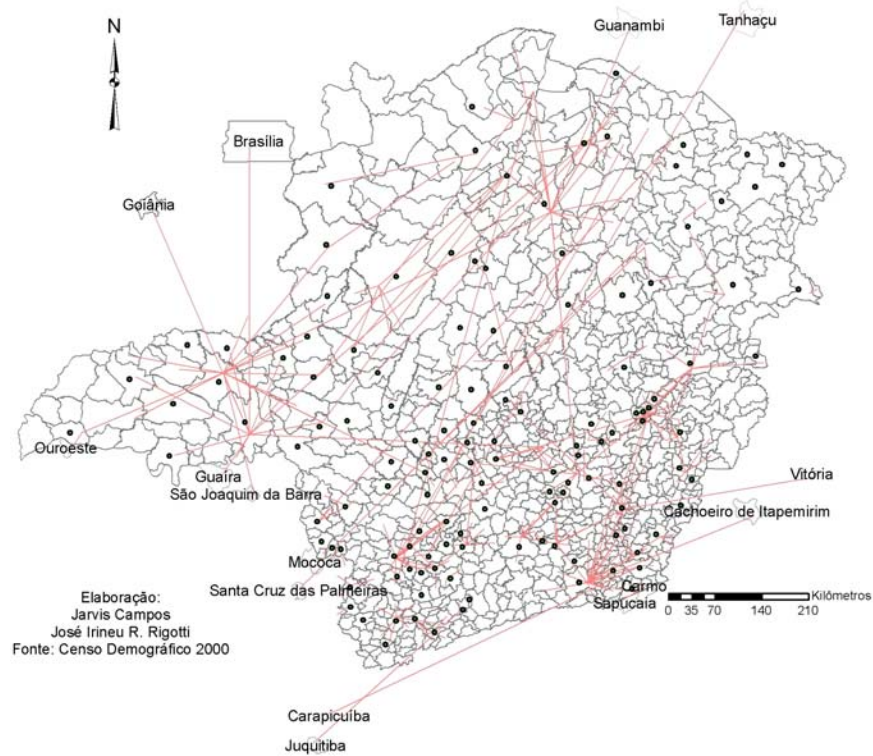
No Mapa 3, cada linha corresponde a 60 a 200 pessoas⁵ que se dirigem às cidades médias, para fins de trabalho ou estudo. Destacam-se várias cidades classificadas como Grandes Centros Regionais e Cidades Médias de Nível Superior, onde se trata de fluxos de mais longa distância: Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre e muitos outros.

Nos mapas seguintes, como os fluxos são maiores, o padrão torna-se bem mais nítido. No mapa 4, com fluxos entre 201 a 500 pessoas, percebe-se claramente que as cidades médias funcionam como fornecedoras de trabalho e escolas para a população do entorno imediato. Este é o caso de Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Poços de Caldas, Alfenas, Pouso Alegre, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Ouro Preto, Sete Lagos, Ipatinga, Governador Valadares e muitas outras. Mas também é possível notar muitos fluxos entre as próprias cidades médias, reflexo de uma rede complexa de relações.

⁵ Os fluxos menores do que 60 foram excluídos porque estão espalhados por todo o território. Além disso, como a questão do Censo Demográfico 2000 não especificou claramente a frequência dos movimentos pendulares, há muitos casos de imensas distâncias, incompatíveis com a noção de fluxos frequentes.

Mapa 3

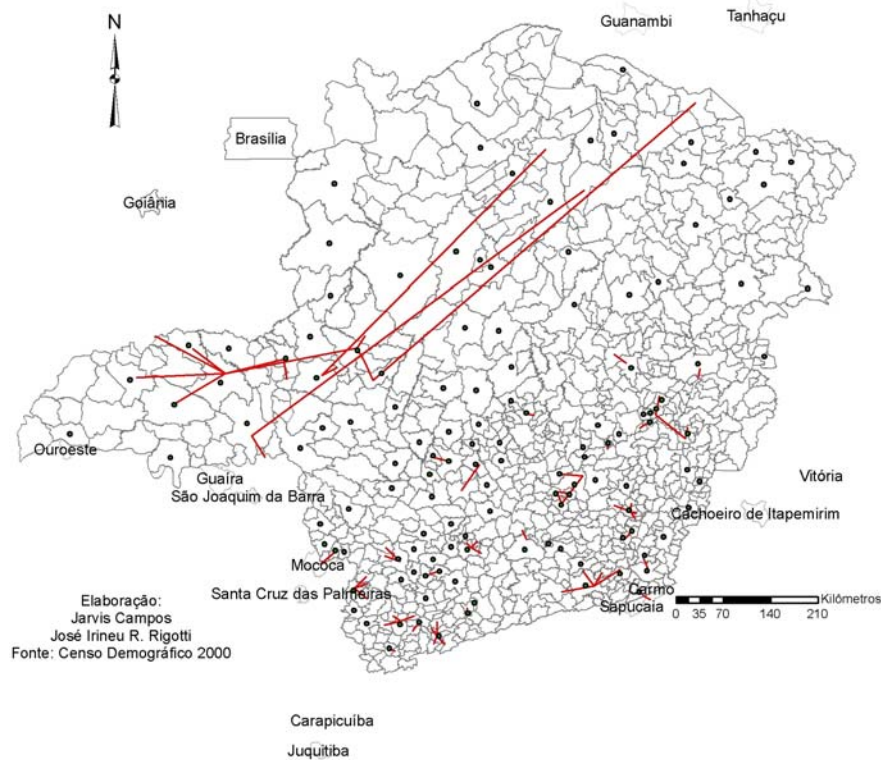
Movimentos Pendulares: 60 a 200 destinos nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



No mapa 5, com fluxos que vão de 501 a 2500, há visível diminuição do número de cidades médias que funcionam como destino de trabalhadores e estudantes de outros municípios. Destacam-se os fluxos que envolvem pólos de maior tamanho como Uberlândia e Juiz de Fora, bem como menores distâncias, quando comparado com os mapas anteriores.

Mapa 4

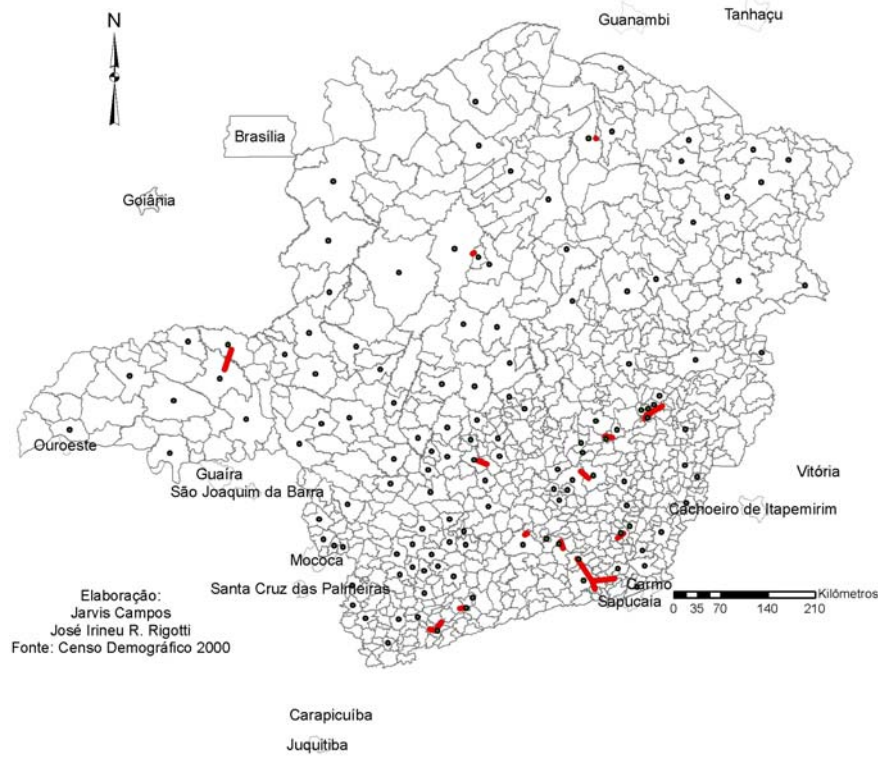
Movimentos Pendulares: 201 a 500 destinos nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Na maior categoria de fluxos com destino às cidades médias, mapa 6, destacam-se apenas as interações entre Ipatinga (formalmente, a sede de segunda região metropolitana do estado) e Coronel Fabriciano, além de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete.

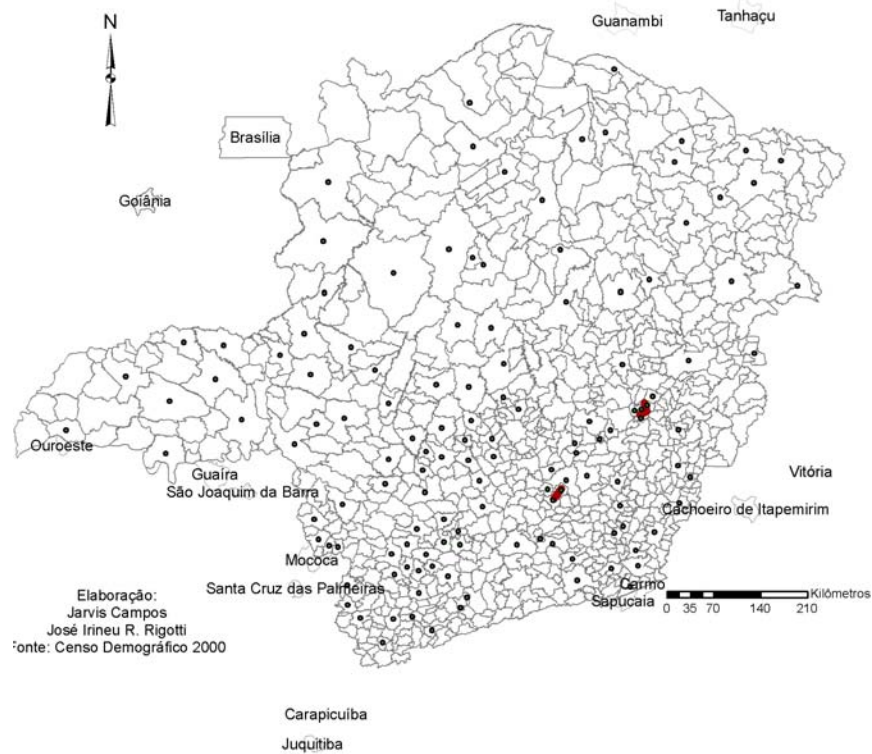
Mapa 5

Movimentos Pendulares: 501 a 2500 destinos nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Mapa 6

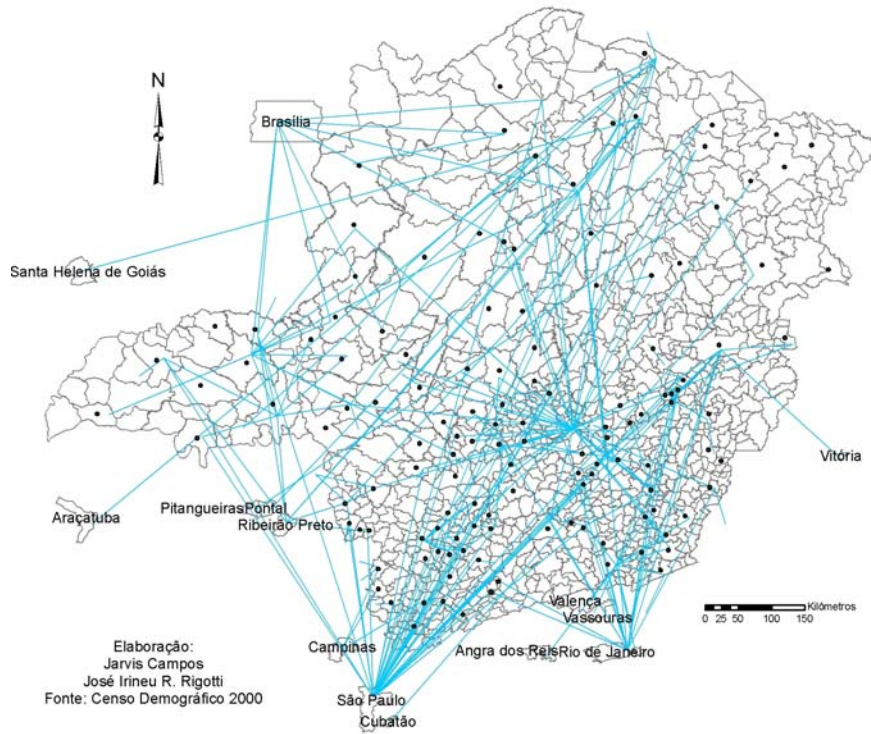
Movimentos Pendulares: 2501 a 4890 destinos nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Em relação aos fluxos com origem nas cidades médias, a configuração é bem diferente. No Mapa 7, aquele com os movimentos de menor magnitude, observa-se a predominância dos maiores centros urbanos como aqueles que enviam população para trabalhar ou estudar em locais também populosos. Ao contrário dos fluxos com destino nas cidades médias, onde havia fluxos regionais, neste caso, os movimentos atingem maiores distâncias. Aqueles que deixam as maiores cidades médias mineiras para trabalhar ou estudar se dirigem preferencialmente para São Paulo e Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Brasília, além de importantes cidades do estado de São Paulo, como Ribeirão Preto, Cubatão e Araçatuba.

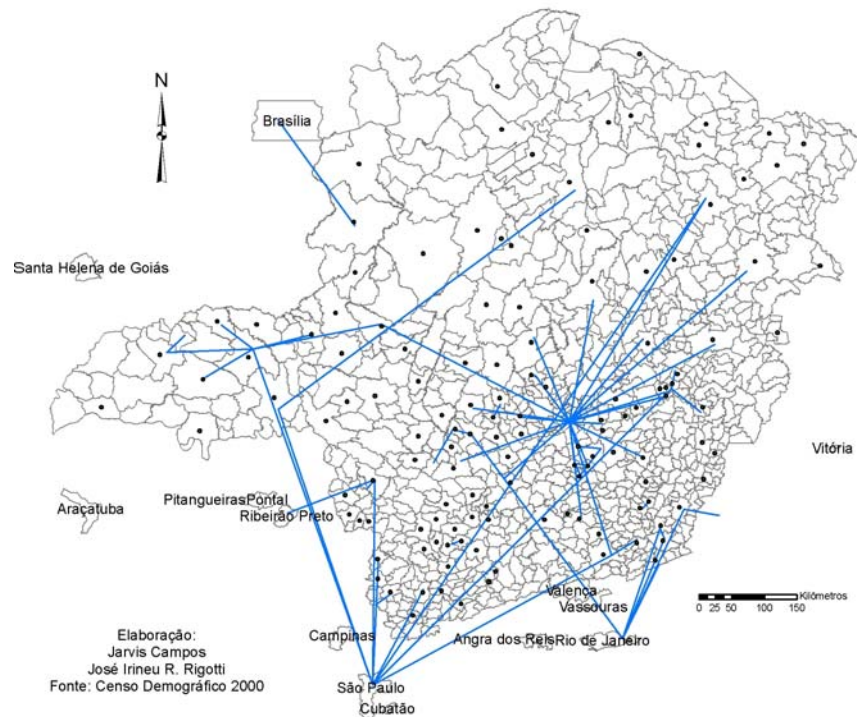
Mapa 7

Movimentos Pendulares: 60 a 200 origens nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Mapa 8

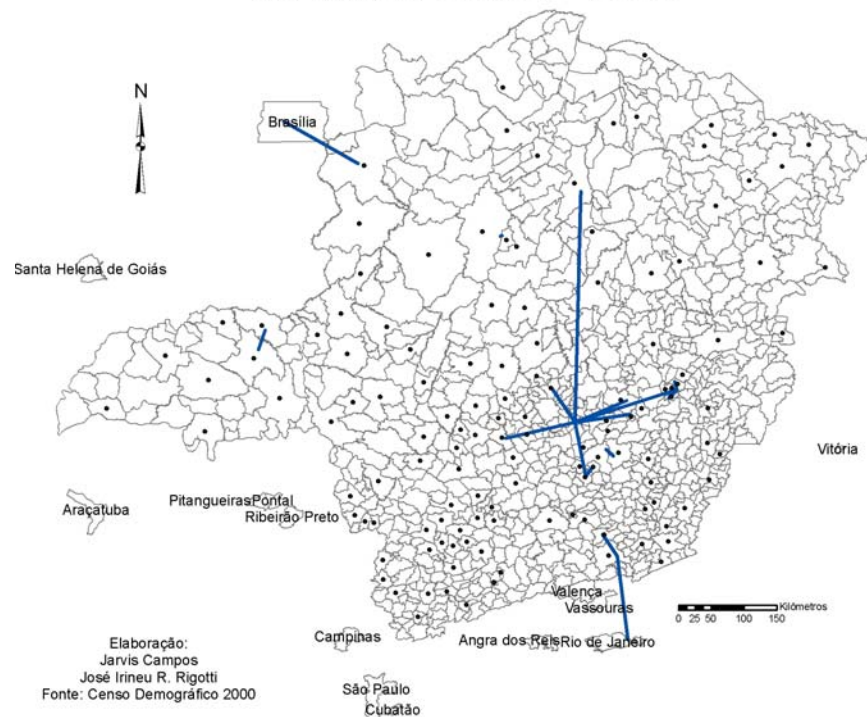
Movimentos Pendulares: 201 a 500 origens nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Quando se trata dos fluxos de 201 a 500 pessoas, se destacam apenas as metrópoles de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, além de Ribeirão Preto. As origens também são formadas pelas cidades médias mais importantes de Minas Gerais.

Mapa 9

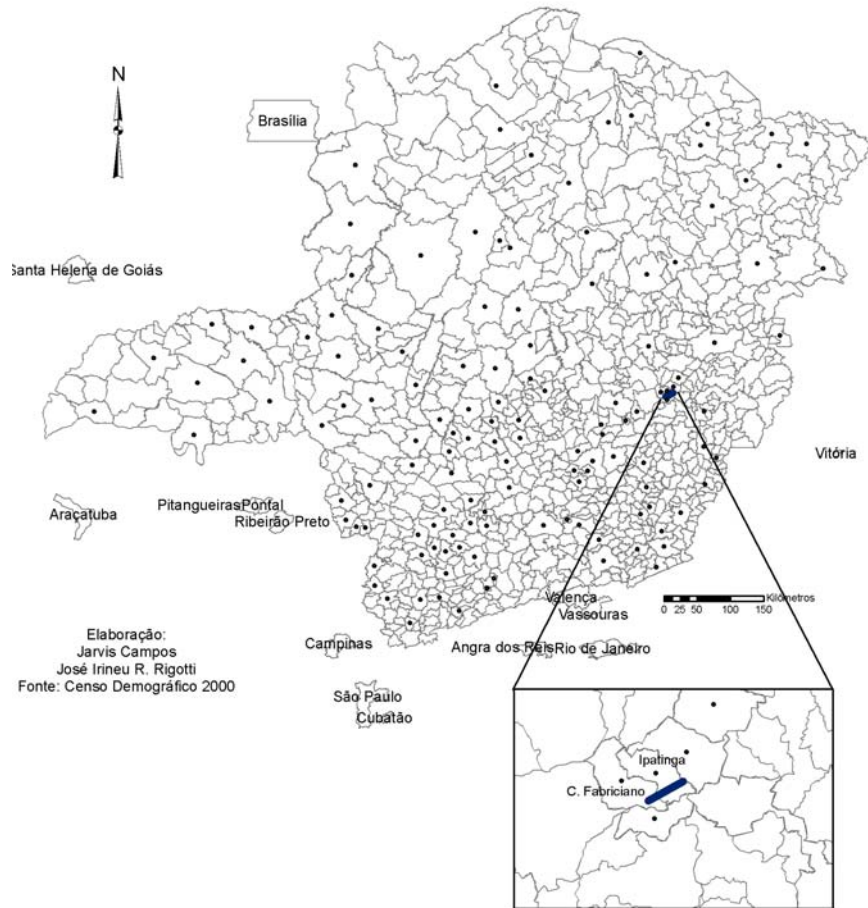
Movimentos Pendulares: 501 a 2500 origens nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



À medida que a magnitude dos fluxos cresce ainda mais, destaca-se a RMBH como centro absorvedor dos movimentos de 501 a 2500 pessoas procedentes de um arco formado por Divinópolis, Sete Lagoas, Montes Claros, Itabira e Ipatinga. Esta, por sua vez, confirma suas fortes relações com a vizinhança, Santana do Paraíso, Timóteo e Coronel Fabriciano, sendo este último responsável pela maior conectividade verificada (destaque no Mapa 10). Os outros fluxos desta magnitude ficam por conta de Unaí para Brasília, de Santos Dumond para Juiz de Fora e desta para o Rio de Janeiro, demonstrando um caráter, de fato, hierárquico.

Mapa 10

Movimentos Pendulares: 2500 a 4890 origens nas cidades médias de Minas Gerais - 2000



Considerações Finais

A finalidade principal deste artigo foi confrontar os intercâmbios populacionais em Minas Gerais – medidos através de fluxos migratórios e de movimentos pendulares – com as funções frequentemente creditadas como características de cidades médias. Em que pese a imensa dificuldade de se estabelecer critérios unânimes sobre a caracterização

do que venha a ser cidade média, é recorrente na literatura sugerir que estas teriam um papel de absorvedora de fluxos migratórios que, de outra forma, se dirigiriam às grandes metrópoles. Em uma perspectiva histórica esse parece ser o caso apenas a partir dos anos 80 e, principalmente após os anos 90, portanto, algo recente no País. De fato, até os anos 70, grandes contingentes populacionais deixaram áreas pouco urbanizadas para tentar a sorte na “cidade grande”.

Da intensificação da urbanização e industrialização a partir da década de 1950 até este período, tudo indica que predominaram, amplamente, os fluxos diretos entre as áreas rurais e as grandes metrópoles do Sudeste, isto é, sem intermediação predominante das cidades médias. De qualquer forma, um tema que ainda pode ser mais explorado diz respeito à contribuição do crescimento natural para a urbanização das cidades médias, entre a década de 1950 e 1970.

A análise dos movimentos populacionais com enfoque nas cidades médias procurou lançar luzes ao debate a partir de evidências empíricas ainda pouco exploradas. Os resultados apontaram para a necessidade de se relativizar o papel que delas se esperava como “diques” de movimentos migratórios direcionados aos grandes centros urbanos, especialmente metrópoles – pelo menos até algumas décadas após o ápice do processo de urbanização/industrialização no Brasil, fortalecido a partir dos anos 1950. Nesse contexto, as condições macro estruturais parecem ter sido suficientemente poderosas para ultrapassar a capacidade das cidades médias de absorver os migrantes que deixavam as áreas rurais ou os pequenos centros urbanos em direção às grandes metrópoles. É possível que esta função de absorção tenha se desenvolvido mais recentemente, a partir da reestruturação produtiva, principalmente após os anos 1980.

De qualquer forma, não se entende o papel das cidades médias como intermediadora de fluxos sem situá-las no contexto do processo mais amplo de urbanização, no qual se destaca, naturalmente, a grande força de reestruturação exercida pelas metrópoles.

Por outro lado, os movimentos pendulares apresentaram grande coerência com a função de intermediação que se espera das cidades médias. Quando se tratou de movimentos pendulares com destino nas cidades médias, esta recebeu pessoas procedentes de cidades menores e quanto maior o volume destes fluxos, maior foi a participação do entorno imediato, indicando o caráter regional das interações.

Ao contrário, quando as cidades médias foram o ponto de partida para aqueles que se deslocavam para trabalhar ou estudar, os destinos preferenciais foram as grandes aglomerações urbanas, com destaque para áreas metropolitanas. Portanto, no caso dos movimentos pendulares ficou claro o papel de intermediação das cidades médias na rede de cidades de Minas Gerais, assim como o caráter hierárquico destes fluxos. Enfim, as importantes alterações na configuração espacial dos movimentos populacionais parecem refletir a complexa conexão entre fluxos migratórios e pendularidade.

Bibliografia

AMORIM FILHO, O.B.: Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. **Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos**. Belo Horizonte, IGC/UFMG, 1976, 600p., p.6-15.

AMORIM FILHO, O.B.; RIGOTTI, J.I.R.: Os Limiões Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 04 a 08/11/2002, 22p. (meio digital).

AMORIM FILHO, O.B.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J.I.R.: Os Níveis Hierárquicos das Cidades Médias de Minas Gerais. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/7784/9076>>; acesso em junho de 2009.

ARAÚJO, Maria Bernadete; COELHO, Alzira Lydia Nunes; MENDONÇA, Laura S. de Michelis. **A Reversão do Comportamento Migratório Mineiro**: um desafio ao planejamento. Fundação J.P. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, v.12, n.3/4, p.46-88, mar. /abr. 1982.

BALÁN, Jorge. Urbanização, Migrações Internas e Desenvolvimento Regional: notas para discussão. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p.845-869. Texto originalmente publicado em: BALÁN, Jorge. Urbanización, migraciones internas y desarrollo regional, notas para discusión. In: **MIGRAÇÕES internas e desenvolvimento regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1973. p.301-26. Mimeografado.

CARVALHO, José Alberto Magno; FERNANDES, Fernando. **Migrações Internas no Brasil por Unidades da Federação e Quadro Domiciliar – 1960/70 e 1970/80**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ FACE/UFMG, 1991. Mimeografado

CASTELLO BRANCO, M.L.G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 2007, 630p., p.23-34.

CAETANO, A.J.; RIGOTTI, J.I.R. Dinâmica e crescimento demográfico da RMBH – 1960-2000. In: ANDRADE, L.T. de; FARIA, C.A.P. de; MENDONÇA, J.G. de. (Org.). **Metrópole: território, sociedade e política – o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: PUC Minas. 2008, 444p., p.21-43.

CORRÊA, R.L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 630 p.23-34, 2007.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.

ECONOMIA regional, sistema urbano e processo migratório na região polarizada por Belo Horizonte: estudo de base para definição de estratégias alternativas de sistemas urbanos no Brasil: CEDEPLAR. 1979.

GRAHAM, Douglas H. & HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. As migrações Inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.733-777. Texto originalmente publicado em: HARRIS, John R. e TODARO, Michael P. Migration, unemployment and development: twosector analisys. **The American Economic Review**, 15: 126-42, Mar, 1970.

MATA, Milton da (org.). Urbanização e Migrações Internas. IN: MOURA, Hélio A de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.807/844. Texto originalmente publicado em: Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.715-746, out 1973.

MATOS, Ralfo E.S. **Impactos da Legislação Urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte**: um estudo de caso. Belo Horizonte, 1984, 217p. (Dissertação de mestrado) – CEDEPLAR/FACE/UFMG.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

RIGOTTI, J.I.R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: década de 70. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994. 109p. (Dissertação de mestrado em demografia).

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Técnicas de Mensuração das Migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1999. 142 p. (Tese de Doutorado em Demografia)

RIGOTTI, J.I.R. (2008). A (re)distribuição da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: **32º Encontro da ANPOCS**. Caxambu. Disponível em: <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=55&publico=S> acesso em junho de 2009.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 632p., p.233-253, 2007.